

**“Por un nuevo orden de las cosas”: a imprensa e o sistema unitário na presidência de Bernardino Rivadavia (1826).**

Juliana da Silva Sabatinelli.<sup>1</sup>

**Resumo:** A primeira presidência que procurou organizar o Estado entre as Províncias do Rio da Prata foi conturbada. Devido a Guerra com Brasil, a necessidade de um exército para enfrentar as forças do Império, levou o homem que modernizou a cidade de Buenos Aires à presidência e deu como opção política o sistema unitário de poder. A consolidação desse sistema ocorreu através da Constituição e da imprensa, principal disseminadora de informações e ideias desse contexto. Entender o Unitarismo entre as Províncias Unidas do Rio da Prata é compreender os silêncios historiográficos no Brasil e na Argentina sobre essa facção tão original de meados do século XIX.

**Palavras-chave:** Rivadavia, Unitarismo, Guerra com Brasil, Constituição.

A História argentina é um campo pouco conhecido na historiografia brasileira. Nosso contato com os historiadores e historiadoras portenhos se resume a alguns temas, como a Guerra da Cisplatina, a Guerra do Paraguai e, em menor escala, o contexto das Ditaduras latino-americanas. Esse pequeno contato demonstra o quanto precisamos absorver com a historiografia dos países vizinhos e a importância de um olhar descolado dos grandes centros de pensamento histórico.

Esse trabalho propõe comentar como as ideias unitárias de poder se consolidaram entre as províncias que hoje formam a Argentina através da figura política de Bernardino Rivadavia, o primeiro presidente “argentino”. Embasando esses comentários, entender como a imprensa foi o principal disseminador das ideias e veículo formador de opinião durante essa presidência fará com que os reclames do contexto se tornem visíveis.

O governo de Bernardino Rivadavia, que durou cerca de sete meses, marcou os anos de 1826 e 1827 como um período em que as províncias puderam apostar na organização da nação política, dez anos após a independência definitiva frente à Espanha e dezesseis anos após a Revolução de Maio. O contexto era a Guerra com Brasil, ou Guerra da Cisplatina na historiografia brasileira, e a necessidade de um exército para enfrentar as forças do Império, fez com que o Congresso de 1824 elegeesse Rivadavia para tal cargo.

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo programa de História Social da Cultura da PUC-Rio.

Bernardino Rivadavia nasceu em Buenos Aires em 20 de maio de 1780. Participou das questões que envolveram o primeiro levante contra a metrópole espanhola (a Revolução de 25 de Maio de 1810) e votou contra a continuidade do vice-rei. Quando o Triunvirato se organizou em 1811, foi nomeado Secretário de Governo e Guerra e, a partir desse momento, a figura política de Rivadavia prevaleceu e se tornou protagonista, tanto que os três homens que constituíam o Triunvirato o viam como um quarto pilar político. Alguns problemas fizeram com que o Triunvirato se diluísse e tal situação fez com que Rivadavia se afastasse do cenário portenho, vivendo e estudando em Londres até 1820.

Sua ascensão na política como Ministro se deu durante a década de 1820, nomeada pela historiografia argentina como “Anarquía de los años 20”, quando recebeu o cargo de Ministro de Governo e promoveu algumas reformas importantes na política, na economia e no centro urbano de Buenos Aires.<sup>2</sup>

É importante pontuar que o posto de ministro de Governo ocorreu um pouco depois do retorno de Rivadavia à Buenos Aires, após algum tempo vivendo em Londres. No tempo em que viveu na Europa, bebeu das ideias do Utilitarismo de Jeremy Bentham e James Mill, que defendiam que o princípio da utilidade determinava que as ações humanas deveriam ser julgadas segundo graus de dano ou prazer que tais ações proporcionam à comunidade e a necessidade de ampliar os níveis de liberdade de expressão, ingrediente especial para a consolidação de um governo democrático, seria o melhor caminho para a fundamentação do ideal de “republica ilustrada”.

Esses princípios ficam claros de ser percebidos nas ações políticas rivadavianas, tendo em vista a Lei de Imprensa de 1821, em que os números de jornais que circulavam entre as províncias e dentro delas chegou à 441 em dez anos.

O conjunto de ideias absorvidas na Europa foram colocadas em prática dentro do Congresso Nacional, na tentativa de organização política do país. Esse Congresso, que aconteceu de 1824 até 1827, é considerado pela historiografia argentina a terceira tentativa de organização nacional e um espaço de inúmeras discussões conceituais sobre nação, Estado,

---

<sup>2</sup> TERNAVÁSIO, Marcela. *História de la Argentina*. 1806-1852. Buenos Aires: Editores Siglo Veintiuno, 2013.

República, povo, ordem e soberania. O historiador Mariano Aramburo comenta que esses debates dão ao Congresso a ideia de um *foro de lenguajes*, espaço de formação de conceitos.<sup>3</sup>

Essa terceira tentativa significou um outro caminho para a organização nacional diante de um contexto sem liderança nem modelo político em vigor. São dos debates e discursos dos deputados que boa parte dos conceitos e ideários políticos foram originados nesse contexto, principalmente os argumentos acerca do conceito de soberania, sentimento tão caro às províncias.

Noemí Goldman, historiadora argentina, comenta que

Na América Espanhola a voz da soberania se constituiu como uma “arma de guerra”, que condicionou a extensão e delimitação dos novos estados. Duas concepções de soberania estiveram em constante disputa: uma indivisível e uma plural; essa última podia integrar os diferentes corpos políticos em uma associação maior sem perder a soberania frente à figura da União.<sup>4</sup>

No Rio da Prata a soberania estava diretamente ligada à construção do projeto nacional. A posição da soberania construiu esses debates: a união não questionava a soberania dos *pueblos*, preocupação maior das províncias desde o processo de autogoverno colocado em 1810; por outro lado, a unidade estava associada à soberania do centro e traduzia a necessidade de que os *pueblos* e províncias obedecessem a governos instalados na capital.

A historiadora argentina Nora Souto comenta que essa relação de obediência ao centro não diminuiu a soberania dos *pueblos*, tanto que nas outras tentativas de organização política nacional, os representantes eram eleitos por voto. Entretanto, união remetia à ideia de pacto entre as províncias, colocando em funcionamento o princípio da soberania dos *pueblos*. Para sanar esse problema, a Lei Fundamental de 1825, pacto entre as províncias, reconhecia a soberania das províncias ao oficializar que a organização nacional teria um papel secundário na política provincial até que as unidades de poder se organizassem internamente.

O que os representantes não contavam era com a Guerra com o Brasil, declarada em 1825 por Dom Pedro I diante do desejo brasileiro pela manutenção da posse da Cisplatina e da defesa de Buenos Aires em trazer a Banda Oriental para as províncias unidas. Esse conflito,

---

<sup>3</sup> ARAMBURO, Mariano José. *Estado, Soberanía, Nación y otros conceptos conexos en el Río de la Plata, 1824-1827*. Buenos Aires: Ariadna histórica. Lenguajes, conceptos, metáforas. 2012.

<sup>4</sup> GOLDMAN, Noemí. Soberanía en Iberoamerica. *Dimensiones y dilemas de un concepto político fundamental, 1780-1870*. In SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, vol. II, p. 40. (pdf). Tradução livre.

que deu origem ao país Uruguai, trouxe problemas para os países envolvidos. Para as províncias do Rio da Prata, fez com que os representantes precisassem investir em exército para a guerra; na prática, deputados de outras províncias alegaram que o conflito era responsabilidade de Buenos Aires e preferiram não se envolver.

Dá a ascensão de Rivadavia à presidência. Tendo maioria no Congresso e com a proposta da unidade de poder sem afetar a soberania provincial, em 6 de fevereiro de 1826 o primeiro presidente é eleito, ferindo a Lei Fundamental de 1825 e o pacto entre as províncias.

A partir desse panorama é possível entender que a chegada de Rivadavia à presidência não foi bem quista pela maioria das províncias. Além de ter violado a Lei Fundamental, Rivadavia usou o empréstimo com o banco inglês para financiar a Guerra, fazendo com que o plano de investir para gerar o pagamento à Inglaterra não ocorresse; sancionou a Constituição de 1826 com caráter unitário, indo de encontro à questão da soberania das províncias e apresentou ao Congresso o projeto da Lei de Capitalização, em que Buenos Aires seria a capital do poder nacional da República Argentina.

Rivadavia presidente também acirrou as disputas internas no Congresso. Tendo em vista a ascensão do grupo unitário, os federais fizeram forte oposição diante, principalmente, da violação da Lei Fundamental e de Buenos Aires como capital nacional, além da questão da soberania das províncias.

As diferenças entre unitários e federais ficaram ainda mais exaltadas com a Constituição de 1826. Documento elaborado sob as ideias Utilitárias e fundamentando o sistema unitário de poder, a soberania emanaria dos três poderes, porém suas liberdades eram restritas, já que o Executivo teria o poder maior. O documento também secularizava o Estado, estabelecia os parâmetros de votação e organizava as câmeras de deputados e senadores. Porém, a soberania estava no poder central, juntamente com a capital Buenos Aires.

O historiador argentino Ignacio Zubizarreta chama a atenção para os argumentos que respaldaram o uso desse documento base, tendo em vista as antigas propostas fracassadas de organização nacional.

No entanto, eram a falta de riqueza e desenvolvimento, a ausência de pessoal capacitado, a escassa população, o envolvimento político quase ausente dos governadores, o que fazia das províncias unidades soberanas. Desse modo, afastadas de seu pai – a Coroa Espanhola – o filho mais velho deveria ocupar-se de cuidar de seus irmãos órfãos mais novos, incapacitados de fazer algo por si mesmos. Desse modo, o que Buenos Aires tentava era unir uma soberania que, segundo a perspectiva

do Unitarismo, existia previamente, e que de forma provisória havia se debilitado por “dimensões puramente domésticas”.<sup>5</sup>

As províncias, ainda que desejosas de um governo nacional, rechaçaram fortemente esse documento centralista, mas a imprensa que apoiava Rivadavia desempenhou um importante papel de disseminar bons argumentos e um outro olhar sobre os feitos do governo nesse contexto. A aproximação do presidente com a imprensa se deu enquanto ministro de Governo em 1821 e, ao longo de sua jornada política, inúmeros jornais expunham suas ideias, dentre eles *El Argos de Buenos Aires* (1822-1825), *El Correo Nacional* (1825-1826) e *El Mensajero Argentino* (1825-1827).

Tal aproximação se deve muito pelas ideias utilitárias, porém é possível classificar Rivadavia como um letrado patriota, conceito de Jorge Myers sobre homens que, no século XIX, foram responsáveis pela construção de um ideário político em meio às consolidações Estatais na América. Ainda que suas ideias circulassem por meio dos textos jornalísticos, suas ideias encabeçaram importantes acontecimentos nesse contexto.<sup>6</sup>

O periódico *Mensajero Argentino* circulou de novembro de 1825 até julho de 1827, sendo a coluna “Interior” responsável por disseminar a ordem do dia, alguns debates do Congresso e responder provocações de jornais opositores sobre o contexto da época. Além disso, procurou comentar a Guerra contra o Brasil, apontar problemas de algumas províncias e divulgar temas econômicos importantes para o comércio entre as partes.

De maneira geral, o jornal desempenhou seu papel de construção de opinião pública, em um contexto de forte circulação jornalística. Sendo um “pedagogo” do povo, as páginas do *Mensajero* e de tantos outros procuraram, de acordo com Pilar González, cumprir a função de suporte de propaganda revolucionária e figura de legitimação de poder, pela identificação dessa opinião com a vontade do povo soberano.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> ZUBIZARRETA, Ignacio. *Unitarios*. Historia de la facción política que diseñó la Argentina Moderna. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 2014, p. 66. Tradução livre.

<sup>6</sup> MYERS, Jorge. *El Letrado patriota: los hombres de letras hispano-americanos en la encrucijada del colapso del imperio español en América*. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir). Historia de los intelectuales en América Latina. Buenos Aires: Katz Editores, tomo I, 2009.

<sup>7</sup> GONZÁLEZ, Pilar. *Civilidad y Política en los orígenes de la nación argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008, 2. ed, p. 180.

Assim, a construção do projeto unitário pelas palavras do jornal teve relação direta com a presidência de Rivadavia: estabelecer a nova ordem das coisas diante da ausência de um Estado nacional. Para dar força a esse projeto, os editores comentaram a necessidade de um líder, uma cabeça, capaz de organizar as províncias num sistema político que, de alguma maneira, beneficiasse a todas. Essa cabeça concentraria a ordem e organizaria as províncias sob um sistema unitário, ou seja, a partir de Buenos Aires se emanaria o poder.

Esta base é dar a todos os povos uma cabeça, um ponto capital que a todos regule e apoie: em ela não há organização nas coisas nem subordinação nas pessoas, e como será funesto se os interesses ficarem como estão no presente, sem um centro que seja garantia de seu cumprimento para que cresçam circulando e multipliquem fecundizando tudo; é preciso que tudo o que forme a capital seja exclusivamente nacional. (14 de fevereiro de 1826, n. 26)<sup>8</sup>

A construção da opinião pública foi versada na ideia de que o governo rivadaviano inauguraria uma nova ordem das coisas políticas entre as províncias há tanto desejosas da organização nacional por meio da Constituição. O sistema unitário, nas palavras dos editores, traria essa nova ordem das coisas no cenário do Rio da Prata.

Na prática, quando os deputados levaram a Constituição de 1826 para suas províncias, o rechaço foi notório. As realidades provinciais eram desconformes ao que Rivadavia tinha contato e os unitários não conseguiram se introduzir nessas realidades diversas em 1826. A aceitação do documento que acirrou o centralismo também não foi favorável à presidência de Rivadavia já que a maioria das províncias com organização política havia estabelecido governos com autonomia provincial. É possível pensar que o presidente, por essa perspectiva, desconhecia a realidade das províncias do interior.

A esperança da organização nacional começou a se desfazer após o rechaço provincial da Constituição, que não vigorou.

Os conflitos com o Brasil ganhavam contornos de desgaste, fazendo com que o ministro das relações exteriores de Rivadavia tentasse dois acordos fracassados com D. Pedro I. Somado a isso, o empréstimo do banco inglês, destinado aos gastos da guerra, fazia falta na administração pública, deixando em aberto as inúmeras dívidas contraídas desde o processo de independência. Os estancieiros do interior, protegidos pela Lei de *enfiteusis*, que ampliou o acesso às terras públicas a fim de ocupar as regiões mais ao sul, começaram a perceber que as

---

<sup>8</sup> “Recibimiento del Sr. Presidente de la Republica de las Provincias Unidas del Río de la Plata.” In *El Mensajero Argentino*, 14 de febrero de 1826, n. 26, p. 2. Tradução Livre.

terras dadas pelo Estado não davam o lucro desejado e a aproximação desses senhores com a autonomia das províncias se tornou nítida.

A guerra que uniu as províncias com o primeiro presidente das Províncias Unidas foi a mesma que tirou Rivadavia de seu *sillón*, colocando as partes mais uma vez em um cenário instável politicamente, marcado por disputas entre unitários e federais consolidado. Renunciar ao poder foi a escolha política de Rivadavia em julho de 1827, deixando para os deputados e para a facção unitária os ônus do processo. A terceira tentativa de organização Estatal havia fracassado e no protagonismo unitário.

O que se seguiu foi uma quarta tentativa de formação do Estado por meio de Manuel Dorrego, principal opositor do projeto unitário e inimigo de *El Mensajero Argentino*. Em 1827, Dorrego assumiu o governo de Buenos Aires e resolveu o conflito com o Império do Brasil. Os federais haviam chegado ao poder e permaneceriam nesse *status* até a queda definitiva de Juan Manuel de Rosas em 1852, quando as querelas políticas entre federais e unitários ganham novas roupagens.

Em dezembro de 1826, talvez percebendo a crise que 1827 traria para as Províncias Unidas, os editores do *Mensajero* procuraram defender o jornal enquanto disseminador de informações e formador de opinião, demonstrando aos leitores todo empenho desse veículo de notícias:

não ficou um só pensamento que não se tenha analisado com clareza possível. [o jornal] *El Mensajero* quase deve abandonar estes caminhos que já estão trilhados e deixar ao julgamento das mesmas províncias o fardo sobre a existência ou a ruína, sobre a vida ou a morte da República. (24 de dezembro de 1826)<sup>9</sup>

O *Mensajero Argentino* se manteve até a renúncia de Rivadavia em julho de 1827, defendendo suas investidas políticas e tentativas de se manter no poder. O desfecho desse veículo denota que o projeto unitário encontrou força e forma na figura política de Rivadavia, já que a história desse grupo político apresenta baixas significativas de 1826 até 1852, quando o partido foi totalmente ressignificado.

Assim, ligar Rivadavia à nova ordem das coisas por meio do projeto unitário de poder é perceber, por meio da imprensa, como que essas ideias se tornaram públicas, ouvidas e aceitas

---

<sup>9</sup> *El Mensajero Argentino*, 24 de dezembro de 1826. Tradução livre.

por parte das províncias. Ao mesmo tempo, sendo o novo algo a ser experienciado, essa ordem centralista desagradou a outra parte das províncias que, buscando suas próprias ordem das coisas, se afastaram das demandas de Buenos Aires.

Esse estudo, por fim, demonstra, para além do afastamento da historiografia brasileira da argentina, certos silêncios historiográficos bastante significativos. Boa parte dos trabalhos referências ao governo rivadaviano na própria historiografia argentina se refere aos problemas na Guerra, à ascensão de Rosas e ao governo federal instalado após 1827.

O surgimento de alguns trabalhos sobre o Unitarismo entre as províncias do Rio da Prata aconteceu devido à historiografia argentina revisionista, que desde os anos 1990, procuraram trazer de volta ao passado histórico para outro enfoque ou o estudo de temas pouco estudados. Logo, a historiografia sobre os Unitários é recente, fazendo com que alguns historiadores realmente comentem sobre esse grupo político, como Marcela Ternavásio, César A. Garcia Besunce e Carlos Alberto Floria, Túlio Halperín Donghi e Sergio Bagú.

Donghi e Bagú, juntamente com Ignacio Zubizarreta, buscaram entender a oposição ao federalismo entre as províncias do Rio da Prata. Sergio Bagú comenta sobre os unitários dizendo que a origem da facção se encontraria em um grupo político desprezado do rivadaviano, constituindo assim uma facção heterogênea. Bagú também aponta que a facção não foi exclusivamente *porteña* e o que caracterizou os unitários não foi o centralismo político materializado por eles junto a Rivadavia, mas sim suas intenções reformistas e o desejo de modernizar o Estado e a organização social. Túlio Halperín Donghi, ao contrário de Bagú, aponta que os unitários estariam próximos aos fazendeiros e não voltados à questão do nacional na economia, mas que de maneira geral se constituíram em um grupo político importante para a história das províncias.<sup>10</sup>

Na historiografia brasileira, o silêncio sobre os Unitários é mais profundo devido aos quase inexistentes estudos sobre a presidência de Rivadavia. A Guerra da Cisplatina, que faz ponte com a chegada de Rivadavia ao poder, é, em grande maioria, estudada sob a perspectiva

---

<sup>10</sup> HALPERÍN DONGHI, T. *Revolución y guerra*. Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972. BAGÚ, Sergio. *Los unitarios*. El partido de la unidad nacional, en: *Unitarios y Federales*, A.A. V.V. Buenos Aires: Gránica, 1974. Obras utilizadas em ZUBIZARRETA, Ignacio. *Por los senderos de una relación displicente: La renovación historiográfica argentina y el unitarismo*. Serie Documentos de Trabajo. Buenos Aires: Universidad del CEMA, 2013, n. 518. Disponível em: < <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/84470/1/767435877.pdf> > Acesso em 17 de junho de 2017.

militar e as ações nas fronteiras do Rio Grande do Sul e na relação do conflito com a crise do Primeiro Reinado.<sup>11</sup>

O silêncio na historiografia brasileira se refere também à vida de Rivadavia que, após renunciar à presidência em 1827, escolheu o Rio de Janeiro para viver com sua família.

Rivadavia viveu em Botafogo no final do século XIX, onde recebeu alguns compatriotas em sua residência e trocou cartas com outros homens que, nos tempos áureos de sua política, foram-lhe favoráveis. Alguns intelectuais como Juan B. Alberdi e Tomás de Iriarte fizeram-lhe visitas e, por meio das memórias que escreveram, é possível saber sobre sua estadia aqui, já que se tornou um homem pouco sociável e as notícias sobre sua vida na cidade brasileira são escassas. Após a morte da esposa, ele foi para Espanha, onde ali faleceu em 2 de setembro de 1845, ressentido com Buenos Aires e toda situação política que se passava na região.

A importância desse trabalho é, portanto, fazer da presidência de Rivadavia um exemplo de opção de organização Estatal, comparando as inúmeras possibilidades que D. Pedro tinha quando viabilizou o processo de independência do Brasil. Somado a isso, é também despertar na historiografia brasileira, que pouco estuda os processos de independência e constituição do Estado nacional nos países de colonização espanhola, o interesse historiográfico por esses países e suas particularidades e contribuir para que se entendam melhor as tensões que levaram à Guerra da Cisplatina, gerando trabalhos e pesquisas referentes a outro olhar sobre os conflitos pela Banda Oriental.

Sem dúvidas, esse trabalho permitirá o conhecimento sobre a história das províncias que constituem a atual Argentina, país tão próximo ao Brasil, mas pouco conhecido pelo senso comum.

## **Bibliografia.**

BELSUNCE, César A. García; FLORIA, Carlos Alberto. *Historia de los Argentinos*. Buenos Aires: Editorial Kapeluz, 2a ed., 1975, tomo I e II.

---

<sup>11</sup> Para entender a relação da Guerra com a crise do Primeiro Reinado, ver mais em: PEREIRA, Aline Pinto. *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. UFF: Tese de Doutorado em História Social. 2012.

CHIARAMONTE, José Carlos. *El Federalismo Argentino en la primera mitad del siglo XIX*. In CARMAGNANI, Marcello (coord.). **Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina**. México: El Colegio de México. Fondo de Cultura Económica.

\_\_\_\_\_, *Las formas de identidad política a fines del Virreinato*. In **Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)**. Argentina: Ariel Historia, 1997.

DE MARCO, Miguel Ángel. *Historia del Periodismo Argentino*. Desde los orígenes hasta el Centenario de Mayo. 1ª ed. Buenos Aires: Educa, 2006

DONGHI, Tulio Halperin. *De la Revolución de Independencia a la Confederación Rosista*. Editorial Paidós.

GALLO, Klaus. *Bernardino Rivadavia*. El primer presidente argentino. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

GOLDGEL, Víctor. *Cuando lo nuevo conquistó América*. Prensa, moda y literatura en el siglo XIX. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

GOLDMAN, Noemí, SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos Rioplatenses*. Nuevas miradas a un viejo problema. 2ª. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

\_\_\_\_\_, *Nueva Historia Argentina*. Tomo 3. Buenos Aires. (pdf).

HERRERO, Fabián. *Federalistas de Buenos Aires 1810-1820*. Sobre los orígenes de la política revolucionaria. 1º ed. Remedios de Escalada: De la Universidad Nacional de Lanús, 2009.

SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, vol. I. (pdf).

TERNAVÁSIO, Marcela. *Historia de la Argentina*. 1806-1852. Buenos Aires: Editores Siglo Veintiuno, 2013.

ZUBIZARRETA, Ignacio. *Los unitarios*. Faccionalismo, prácticas, construcción identitaria y vínculos de una agrupación decimonónica, 1820-1852. Berlin: Tese de Doutorado, 2011.

\_\_\_\_\_. *Unitarios*. Historia de la facción política que diseñó la Argentina Moderna. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 2014.